

ENCONTRO DE GOVERNADORES DA FRENTE NORTE DO MERCOSUL
Belém, Estado do Pará, Brasil, de 4 a 6 de dezembro de 2007

Grupo de Trabalho
DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Os participantes enfatizaram os desafios e as oportunidades comuns a que se deparam os governos subnacionais da Frente Norte e, como consequência, destacaram a necessidade de ação concertada entre os países sul-americanos e entre os diversos níveis governamentais dos países. Sublinharam, nesse sentido, a necessidade de que as demandas locais e regionais sejam centrais na formulação de política públicas para a região. Tendo em consideração esses objetivos, propuseram as seguintes idéias de trabalho:

POTENCIALIDADES ECONÔMICAS E FLUXOS COMERCIAIS

- Harmonização das tarifas alfandegárias praticadas pelos países da região;
- Ampliação das Zonas de Processamento de Exportações na região a fim de atrair investimentos e facilitar os procedimentos logísticos para os esforços de exportação de produtos locais;
- Estabelecimento de incentivos fiscais, desenvolvimento de formas de capacitação e fortalecimento da segurança jurídica com o intuito de promover os negócios na região;
- Incremento na promoção comercial, com o estabelecimento de fóruns empresariais, rodadas de negócios, feiras e exposições;
- Agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade regional. Para tanto, é essencial criar mercados para esses produtos;
- Estabelecimento de nota fiscal eletrônica nas transações comerciais entre os países do subcontinente;
- Maior intercâmbio de informações entre os órgãos de fiscalização alfandegária para que haja compatibilização do tempo médio do processo alfandegário;
- Integração cadastral das pessoas e contribuintes na América do Sul;
- Flexibilização, no marco da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento (ALADI), das regras de origem praticadas pelos países da região;
- Tratamento não diferenciado, relativamente aos produtos provenientes de zonas francas, áreas de livre comércio e zonas de processamento de exportações existentes, nas negociações comerciais no âmbito do MERCOSUL;
- Estabelecimento de redes de pesquisa agropecuária;
- Maior coordenação entre os órgãos de vigilância sanitária e de defesa agropecuária, tanto intra quanto internacionalmente;
- Investimentos em assistência técnica e extensão rural;
- Maior envolvimento da iniciativa privada no processo de integração, com a realização de missões de empresários locais e representantes de governos subnacionais aos países vizinhos;
- Criação de um portal eletrônico para a divulgação e promoção do potencial da região;

- Fortalecimento das ações de combate dos ilícitos nas áreas de fronteira, com a integração operacional no escopo de competência dos órgãos de repressão;
- Valorização das atividades econômicas que se expressam através do cooperativismo da agricultura familiar, do artesanato tradicional e do comércio solidário;
- Definição de mecanismos de remuneração dos serviços ambientais prestados pelos ecossistemas do MERCOSUL;
- Promoção do comércio solidário para grupos em situação de vulnerabilidade social.

INTEGRAÇÃO E INFRA-ESTRUTURA FRONTEIRIÇA

- Maior facilidade de acesso ao país vizinho nas áreas de fronteira;
- Maior flexibilidade nos estudos de viabilidade técnico-econômica para o financiamento público de obras de infra-estrutura. É imprescindível ter em conta as considerações a respeito da importância local do projeto e dos eventuais benefícios que sua implementação traria para as comunidades locais;
- Os projetos de transporte voltados para a integração da América do Sul devem seguir as diretrizes da IIRSA;
- Importância de que os projetos concebidos no marco da Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana (IIRSA) sejam pronta e efetivamente implementados, com a devida atenção aos impactos sociais e ambientais;
- Maior conectividade terrestre, aérea e hidroviária entre os países da região;
- Redução das taxas aeroportuárias e regionalização das tarifas de telecomunicações, tendo em conta a proximidade e o grau de integração entre as populações nas áreas de fronteira;
- Implementação de política integrada de segurança pública no transporte rododifluvia e melhoria dos equipamentos de segurança evitando risco à vida;
- Reconhecimento da mobilidade das pessoas como um direito de todos os cidadãos. Nesse sentido, é necessária uma avaliação do atual sistema viário, hidroviário, ferroviário e aéreo de toda a região amazônica com vistas a promover um sistema de transporte ambientalmente sustentável, eficiente e adequado às possibilidades econômicas das populações.

CONSERVAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS DA BIODIVERSIDADE

- Aprofundamento da cooperação técnica e científica em meio ambiente entre países da região;
- Reconhecimento do papel da ciência e tecnologia na promoção do desenvolvimento regional sustentável;
- Desenvolvimento de programas de manejo ambiental sustentável;
- Promoção de iniciativas de certificação de madeira e demais produtos extraídos da floresta;
- Cooperação para a identificação e fomento das potencialidades econômicas das florestas no âmbito da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com vistas à obtenção de incentivos positivos para a redução do desmatamento;
- Definição de uma política dos países amazônicos para gestão dos recursos hídricos;
- Construção conjunta de indicadores de desenvolvimento sustentável;
- Pactuação sobre o tema do aquecimento global;

- Intensificação da cooperação sobre questões ambientais, fronteiriças e transfronteiriças, envolvendo a compatibilização de legislações pertinentes e definição de procedimentos de ação conjunta;
- Elaboração e implementação de planos de zoneamento socioeconômico ecológico pelos governos subnacionais;
- Estabelecimento de marco regulatório que consolide noção comum de desenvolvimento sustentável;
- Implementação regional das disposições da Convenção sobre Diversidade Biológica sobre o acesso a recursos genéticos, proteção dos conhecimentos tradicionais associados e repartição dos benefícios;
- Elaboração de agenda comum para a conservação ambiental e biodiversidade;
- Desenvolvimento de ações para a educação ambiental visando o consumo sustentável;
- Reconhecimento dos modos de vida e direitos dos povos e populações tradicionais do MERCOSUL;
- Ênfase na noção de economia solidária, na qual os atores locais para além de serem os destinatários das políticas públicas tenham efetiva participação em sua formulação, quando se elaborem e implementem iniciativas de desenvolvimento regional;
- Investimentos na recuperação de áreas degradadas;
- Valoração do etnoturismo, considerando a diversidade dos vários países.

TURISMO

- Reconhecimento do turismo como fator de integração;
- Desenvolvimento de indicadores regionais do turismo sustentável;
- Amplo intercâmbio de informações a respeito das iniciativas locais de promoção do turismo;
- Realização de seminário para integração da América do Sul sob a ótica do turismo;
- Maior divulgação dos atrativos turísticos locais nos países vizinhos a fim de incentivar o turismo transfronteiriço;
- Promoção de visitas de especialistas, jornalistas e operadores de turismo;
- Atuação integrada dos setores público e privado com o intuito de pôr em prática ações concretas de promoção do turismo na região;
- Promoção do ecoturismo na Amazônia e utilização de boas práticas turísticas;
- Elaboração e implementação de planos diretores e urbanísticos para as cidades fronteiriças;
- Maior conectividade intra e inter-regional;
- Valorização e divulgação das identidades locais;
- Promoção de campanhas de esclarecimento e combate à prostituição infantil e o turismo sexual no âmbito do MERCOSUL.

Os participantes chegaram ao consenso sobre necessidade de aprofundar a discussão sobre os temas tratados durante o Encontro da Frente Norte do MERCOSUL. Para tanto, acordaram no estabelecimento de três grupos de trabalho, no marco do Foro Constitutivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL, compostos por representantes de governos nacionais e subnacionais e da

sociedade civil. São os seguintes os eixos temáticos para os mencionados grupos de trabalho, que deverão se reunir ainda no primeiro semestre de 2008:

- I. Mudanças climáticas;
- II. Desenvolvimento sustentável e integração tecnológica aplicada;
- III. Potencialidades econômicas e comerciais das diversas instâncias subnacionais;
- IV. Formas harmonizadas de políticas ambientais para a Amazônia;
- V. Integração e infra-estrutura fronteiriça;
- VI. Fórum de Autoridades Locais da Amazônia (FALA) como subcomissão do FCCR, com sede em Belém do Pará, Brasil, com o objetivo de aprofundar o diálogo e assentar as bases da cooperação para o desenvolvimento sustentável da Amazônia. Será realizada em Belém do Pará, ainda no primeiro semestre de 2008, uma Conferência Regional preparatória ao Fórum Mundial de Autoridades Locais de 2009;
- VII. Paralelamente à Conferência Regional preparatória ao Fórum Mundial de Autoridades Locais de 2009, será realizado um Encontro de Instituições nacionais e subnacionais sobre a Integração Regional e Políticas Territoriais da Região Amazônica.